

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS*****INCLUSIVE PHYSICAL EDUCATION: CHALLENGES, POSSIBILITIES, AND PEDAGOGICAL PRACTICES*****EDUCACIÓN FÍSICA INCLUSIVA: DESAFÍOS, POSIBILIDADES Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS**Eldo Gomes Cabral¹

e757982

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.7982>

PUBLICADO: 05/2026

RESUMO

Este estudo analisa o papel da Educação Física escolar no processo de inclusão de estudantes com deficiência, considerando desafios pedagógicos, estruturais e atitudinais presentes no ambiente escolar. O objetivo geral foi compreender como práticas corporais e esportivas podem favorecer a participação e o desenvolvimento integral desses estudantes. Como objetivos específicos, buscou-se identificar barreiras à inclusão, examinar estratégias pedagógicas adaptadas, discutir a formação docente e analisar o potencial do esporte adaptado como ferramenta de inclusão. A metodologia adotada consistiu em uma revisão de literatura narrativa, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da área da Educação Física, inclusão escolar, aprendizagem motora e esporte adaptado. Os resultados apontam que a inclusão depende de práticas pedagógicas flexíveis, formação docente adequada e compreensão das necessidades individuais dos estudantes. Conclui-se que a Educação Física possui grande potencial para promover inclusão, desde que estruturada com intencionalidade pedagógica, adaptações adequadas e valorização da diversidade humana. Assim, o componente curricular torna-se espaço privilegiado para o desenvolvimento motor, social e emocional, contribuindo para uma escola mais democrática e acessível.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação Física. Esporte Adaptado.**ABSTRACT**

This study analyzes the role of school Physical Education in the inclusion of students with disabilities, considering pedagogical, structural, and attitudinal challenges within the educational environment. The general objective was to understand how physical and sports activities can promote participation and holistic development. The specific objectives included identifying barriers to inclusion, examining adapted pedagogical strategies, discussing teacher training, and analyzing the potential of adapted sports as an inclusive tool. The methodology consisted of a narrative literature review based on classical and contemporary authors in Physical Education, school inclusion, motor learning, and adapted sports. The findings indicate that inclusion depends on flexible pedagogical practices, adequate teacher preparation, and understanding of students' individual needs. The study concludes that Physical Education has significant potential to promote inclusion when supported by intentional planning, appropriate adaptations, and appreciation of human diversity. Thus, the subject becomes a privileged space for motor, social, and emotional development, contributing to a more democratic and accessible school environment.

KEYWORDS: Inclusion. Physical Education. Adapted Sport.

¹ Doutor em Ciências da Educação, UNIDA, Assunção, Paraguai.



RESUMEN

Este estudio analiza el papel de la Educación Física escolar en el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad, considerando los desafíos pedagógicos, estructurales y actitudinales presentes en el entorno educativo. El objetivo general fue comprender cómo las prácticas corporales y deportivas pueden favorecer la participación y el desarrollo integral de estos estudiantes. Entre los objetivos específicos se incluyó identificar barreras para la inclusión, examinar estrategias pedagógicas adaptadas, discutir la formación docente y analizar el potencial del deporte adaptado como herramienta inclusiva. La metodología consistió en una revisión narrativa de la literatura basada en autores clásicos y contemporáneos de Educación Física, inclusión escolar, aprendizaje motor y deporte adaptado. Los resultados muestran que la inclusión depende de prácticas pedagógicas flexibles, formación docente adecuada y comprensión de las necesidades individuales. Se concluye que la Educación Física tiene un gran potencial para promover la inclusión cuando se estructura con intencionalidad pedagógica, adaptaciones apropiadas y valoración de la diversidad humana. Así, se convierte en un espacio privilegiado para el desarrollo motor, social y emocional, contribuyendo a una escuela más democrática y accesible.

PALABRAS CLAVE: *Inclusión. Educación Física. Deporte Adaptado.*

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva constitui um dos maiores desafios das políticas públicas contemporâneas. No Brasil, a ampliação do acesso e da permanência de estudantes com deficiência no ensino regular exige a superação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, além da consolidação de práticas que valorizem a diversidade humana.

A inclusão, entendida como o acolhimento de todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, demanda uma escola comprometida com a equidade e com a garantia do direito à aprendizagem.

Nesse cenário, a Educação Física escolar assume papel central. Mais do que um componente curricular voltado ao desenvolvimento motor, ela se configura como espaço privilegiado de interação, expressão corporal, construção de vínculos e formação cidadã.

Autores como Boscatto e Darido (2020) e Júnior e Neira (2023) destacam que a área contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando dimensões motoras, cognitivas, afetivas e sociais. Assim, práticas pedagógicas inclusivas tornam-se indispensáveis para assegurar a participação de todos, especialmente dos estudantes com deficiência física.

A literatura evidencia que, apesar dos avanços normativos, a inclusão ainda é tratada de forma superficial em muitas instituições, seja pela falta de formação docente, seja pela ausência de recursos adequados.



Mantoan (2015) ressalta que incluir não significa apenas inserir fisicamente o aluno com deficiência na sala regular, mas repensar a lógica escolar, suas práticas e sua cultura. A Educação Física, por envolver atividades corporais e interações diretas, torna-se um campo sensível para observar avanços e desafios da inclusão.

A partir do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da Educação Física escolar no processo de inclusão de estudantes com deficiência, destacando os desafios, as práticas pedagógicas e as condições necessárias para promover participação equitativa e desenvolvimento integral.

Neste sentido, definiram-se os seguintes objetivos específicos: Identificar as principais barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam a inclusão nas aulas de Educação Física; examinar as contribuições da Educação Física para o desenvolvimento motor, social e emocional de estudantes com deficiência; descrever práticas pedagógicas inclusivas e estratégias de adaptação utilizadas por professores no contexto escolar; analisar a formação docente e sua relação com a implementação de práticas inclusivas na Educação Física; discutir o papel do esporte adaptado como ferramenta de inclusão e desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inclusão na Educação Física

Os meios empregados pelas políticas públicas para ampliar o contexto da inclusão representam uma rota para alcançar uma sociedade inclusiva. Para consolidar a ideia de uma educação inclusiva, é imperativo que o Estado desenvolva políticas públicas que promovam uma comunidade pautada no respeito à diversidade, assegurando o direito de todos à educação.

O conceito de inclusão está fundamentado na diversidade, na diferença e na universalização de indivíduos compartilhando o mesmo espaço, como é o caso da escola. A inclusão engloba o processo de acolhimento de qualquer aluno, independentemente "de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, em todas as escolas", sem discriminação, e atendendo às suas necessidades. (SILVA; BARRETO; FERREIRA, 2023)

De acordo com Brasil e Schirmer, citados por Silva e Volpini (2014), a Educação Inclusiva busca assegurar a participação de estudantes com deficiência e daqueles que apresentam comportamentos considerados típicos para sua etapa de desenvolvimento.



Essa perspectiva visa promover condições que favoreçam o pleno desenvolvimento dos educandos, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e metodológicas presentes no ambiente escolar.

A proposta inclusiva também se estende ao reconhecimento dos direitos desses sujeitos dentro e fora da escola, garantindo que o processo educativo seja pautado na equidade e no respeito às diferenças. Tal abordagem reforça a necessidade de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade humana e assegurem oportunidades de aprendizagem significativas (ZERBATO; MENDES, 2021).

A Educação Física tem buscado consolidar-se como uma disciplina essencial no âmbito escolar, contribuindo para a formação integral do estudante e para o desenvolvimento de competências que favoreçam sua participação crítica e consciente na sociedade. Nesse contexto, a área assume um papel formativo que ultrapassa a dimensão motora, abrangendo aspectos sociais, culturais e éticos (BOSCATTO; DARIDO, 2020).

A disciplina deve ocupar um lugar de destaque no ambiente escolar, uma vez que desempenha um papel fundamental na formação integral das crianças. Sua atuação ultrapassa o desenvolvimento motor, contribuindo também para a construção da inteligência emocional, das habilidades sociais e da capacidade de interação com diferentes áreas do conhecimento (JÚNIOR; NEIRA, 2023).

O modelo de Educação Física proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais enfatiza que as aulas devem contemplar a participação de todos os estudantes, independentemente de sexo, porte físico ou deficiência. Essa diretriz reforça o compromisso com práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade e assegurem o direito de todos ao acesso às experiências corporais e culturais (BRASIL, 1994).

A Educação Física ultrapassa a condição de componente curricular e configura-se como uma área que promove a formação integral do estudante, ao considerar o corpo como dimensão essencial do processo educativo. Nesse sentido, torna-se fundamental estabelecer relações pedagógicas significativas que articulem teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento global dos alunos. (BRASIL, 1996)

A prática pedagógica inclusiva na Educação Física favorece a construção de ambientes que respeitam a diversidade e promovem a participação equitativa. Ao integrar atividades adaptadas e estratégias acessíveis, o professor amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece o desenvolvimento físico, cognitivo e socioafetivo dos estudantes, especialmente daqueles com deficiência física (SILVA; LACERDA; MOURA, 2021).



A construção de uma escola inclusiva exige a implementação de uma estrutura adequada que favoreça a participação de todos os estudantes. Um planejamento pedagógico consistente, aliado ao uso de materiais apropriados nas atividades teóricas e práticas, desempenha papel essencial na promoção da socialização e no fortalecimento das interações entre os alunos envolvidos no processo inclusivo. (JÚNIOR; NEIRA, 2023)

A acessibilidade espacial, no contexto, refere-se à capacidade de chegar a um local com conforto e independência, participando plenamente das atividades disponíveis por meio dos recursos e equipamentos adequados (MACHADO, 2007).

Dentro do âmbito da Educação Inclusiva (EI), percebemos que, no contexto das deficiências, as Pessoas com Deficiência (PcD) podem ser consideradas como um grupo particularmente excluído, principalmente devido à falta de acesso urbano e edificado (JÚNIOR; NEIRA, 2023).

Conforme observado por Glat (1998), embora a integração de pessoas com deficiência seja o discurso predominante na Educação Especial globalmente, moldando programas e políticas educacionais e de reabilitação, os indivíduos, mesmo quando inseridos no sistema regular de ensino ou em empregos competitivos, continuam, em grande parte, isolados socialmente de seus colegas sem deficiência.

Observa-se que, antes da implementação dos (PCNs) o ambiente escolar era caracterizado como excludente, limitando-se a oferecer educação especial para pessoas com deficiência em instituições especializadas segregadas do sistema educacional universal. Isso ocorria devido, em grande parte, ao desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, resultando na exclusão da maioria das pessoas com deficiências físicas das aulas de Educação Física (BRASIL, 1997).

A relevância das aulas de Educação Física na formação das crianças, especialmente daquelas com algum tipo de deficiência, é essencial, uma vez que desperta o sentimento de valorização no aluno. Ao longo das aulas, o aspecto afetivo torna-se presente, com o professor estabelecendo vínculos afetivos e buscando desenvolver as habilidades únicas que cada aluno traz consigo (BRASIL, 1997).

Segundo Almeida *et al.* (2015), a abordagem metodológica de ensino desempenha um papel crucial na qualidade das aulas, impactando diretamente na participação dos alunos nas atividades propostas.

Para alcançar sucesso no processo pedagógico, o professor deve constantemente buscar inovação em suas práticas. Isso se deve ao fato de haver diversas formas de



envolver os alunos em suas aulas, especialmente em uma disciplina que oferece a oportunidade de realizar diversas atividades físicas e mentais. (ALMEIDA *et al.*, 2015)

A implementação de práticas educacionais voltadas para atividades adaptadas evidencia que os educadores enfrentam desafios significativos ao organizar aulas que contemplem a participação de grupos heterogêneos. A diversidade presente no ambiente escolar exige estratégias pedagógicas capazes de integrar os estudantes e despertar seu interesse, respeitando suas particularidades e ritmos de aprendizagem (FREITAS; DAINEZ; CARVALHO, 2021).

De acordo com Patrinhani (2017), a educação física adaptada dedica-se ao estudo da motricidade humana para pessoas com deficiência, adaptando metodologias de ensino para atender às características individuais de cada deficiência, respeitando suas diferenças.

A inclusão no contexto educacional contemporâneo ainda é tratada de maneira superficial, refletindo uma compreensão limitada sobre sua abrangência. Muitos professores tendem a restringir o processo às ações desenvolvidas na sala de recursos ou aos atendimentos da educação especial, desconsiderando a necessidade de incorporar metodologias inclusivas em seus planejamentos pedagógicos. (MANTOAN, 2015)

Ainda de acordo com a autora, incluir não se resume à inserção física de estudantes com deficiência em turmas do ensino regular ou em ambientes comuns. A inclusão implica repensar a lógica escolar, de modo a construir práticas, estruturas e culturas que garantam a participação plena de todos os alunos.

Conforme Júnior e Neira, (2023), observa-se uma crescente preocupação com a formação pedagógica dos professores, especialmente no contexto da educação inclusiva, e com as estratégias metodológicas utilizadas para trabalhar com os alunos na situação de inclusão.

A inclusão escolar demanda não apenas a capacitação dos professores, mas também a formação contínua de toda a equipe pedagógica, considerando que o estudante circula por diversos espaços da instituição. (SOUZA, 2024)

Nesse contexto, o mesmo autor expressa preocupação com a insuficiência de qualificação profissional e a ausência de cursos de formação continuada que os auxiliem ao longo do ano letivo na elaboração de metodologias que contemplem práticas inclusivas para todos os alunos.

O processo de formação dos profissionais do magistério ainda apresenta fragilidades significativas, especialmente no que se refere à preparação pedagógica necessária para atuar de maneira eficaz no ambiente escolar. Essas lacunas comprometem



a capacidade dos educadores de desempenhar plenamente sua função de orientar e promover o desenvolvimento integral das crianças, dificultando a construção de práticas educativas consistentes e inclusivas. (FREITAS; DAINEZ; CARVALHO, 2021)

A integração entre os alunos constitui um elemento essencial para o desenvolvimento de atividades em grupo, especialmente no contexto da Educação Física. A segregação de estudantes, além de comprometer a socialização, limita as possibilidades de aprendizagem e de construção de vínculos durante as práticas corporais (GLAT; PLETSCH, 2021).

A escola deve adaptar-se à diversidade humana, reconhecendo que todos os alunos possuem potencial de aprendizagem. A suposição de que crianças com deficiência não são capazes de aprender revela uma postura equivocada e excludente.

Conforme Lima (2002), os educadores precisam adotar novas abordagens para apoiar o desenvolvimento e a aprendizagem de seus alunos. Nessa circunstância de transformações, tanto as escolas regulares quanto as especiais desempenham um papel crucial.

Dessa forma, quando a escola ensina esportes de maneira educativa e integradora, atende às necessidades dos alunos de maneira abrangente, conforme preconizam os PCNs. (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, o esporte desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos capazes de impactar o crescimento e o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridos (BRASIL, 1997).

Assim, Freire (2000) destaca que a pedagogia do esporte não deve ser analisada apenas em seus aspectos técnicos, pois existem numerosos estudos que indicam formas e métodos pedagógicos para o ensino do esporte em contextos formais e não formais de aprendizado.

No contexto escolar, a pedagogia do esporte não se concentra na formação de atletas de alto desempenho. Pelo contrário, ela é trabalhada de maneira a proporcionar a todos o acesso às habilidades e gestos motores de acordo com seu desenvolvimento biológico, psicológico, social, entre outros conhecimentos, incluindo conteúdos atitudinais e conceituais (GLAT; PLETSCH, 2021).

Diante do exposto, torna-se essencial eliminar barreiras arquitetônicas, promover formação continuada para os educadores e disponibilizar recursos tecnológicos e materiais adequados. Essas demandas são frequentemente apontadas pelos profissionais da



educação, incluindo aqueles que atuam na gestão escolar, que relatam dificuldades em transformar a inclusão em prática efetiva, uma vez que muitas expectativas permanecem sem atendimento (SANTOS; MENDES; LADISLAU, 2014).

Em diversos contextos, a inclusão ainda é percebida como um conceito predominantemente teórico, distante das condições reais de trabalho. A implementação de políticas eficazes de formação docente e de estruturação adequada das escolas — tanto no que se refere à acessibilidade arquitetônica quanto à oferta de materiais pedagógicos — poderia responder de forma mais consistente aos desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar (GLAT; PLETSCHE, 2021).

A consolidação de ambientes inclusivos depende, portanto, de investimentos estruturais e pedagógicos que garantam condições equitativas de participação e aprendizagem para todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência física.

A importância da Educação Física Escolar

Vários são os conceitos de Educação Física Escolar encontrados na literatura, porém para o presente trabalho optou-se por seguir a linha de pensamento encontrado em Betti (1994), também relacionando com a ideia de Darido e Rangel (2005), onde de acordo com suas concepções na cultura escolar, a Educação Física é uma disciplina que possibilita ao aluno conhecimento da Cultura Corporal de Movimento, como se relacionar com esse.

O conhecimento desenvolvido nas aulas de Educação Física contribui para a autonomia dos estudantes e para a aplicação prática desses saberes dentro e fora do ambiente escolar. Observa-se que, por meio da cultura corporal do esporte, é possível abordar uma variedade de temas relevantes ao desenvolvimento integral dos alunos. (BOSCATTO; DARIDO, 2020)

Pode-se então atribuir ao esporte escolar, o desenvolvimento das funções fisiológicas; coordenação motora grossa, coordenação motora fina, envolvendo todo o corpo e contribuindo para o desenvolvimento global do aluno.

Algumas das atividades e seus benefícios já existem há algum tempo. Atividades como correr, pular, arremessar, escalar, pendurar, equilibrar, levantar e carregar, puxar, empurrar, pular, girar etc., podem liberar a agressão, estimular a autoexpressão, ajudar a manter a saúde, promover o crescimento, promover atitude corporal correta e prevenir defeitos de postura (DELUNARDO *et al.*, 2017).

Dessa forma, cabe aos educadores envolver os estudantes em uma variedade de atividades que favoreçam a exploração ampla dos movimentos corporais e das interações com o ambiente. A proposta deve considerar o nível de desenvolvimento correspondente a



cada etapa escolar e faixa etária, garantindo liberdade de experimentação e espontaneidade em ações como correr, saltar, girar e arremessar (GALLAHUE *et al.*, 2005).

Acredita-se que o ensino da educação física deveria abrir mais espaço para a participação ativa dos alunos, ao invés de tratá-los como meros “marionetes” para os professores, pois a Educação Física nas escolas é um espaço para inspirar a ação.

Na aula de Educação Física escolar, o aluno tem um maior espaço para expressar sua criatividade de forma prática e dinâmica, onde desenvolve as habilidades mentais e físicas essenciais para a realização das atividades cotidianas do ser humano (SILVA *et al.*, 2017).

Delunardo *et al.*, (2017) explica que a educação física nas escolas deve permitir que o aluno compreenda e reconheça seu corpo como um todo, não apenas como um conjunto de ossos e músculos que precisam ser treinados, mas que expresse uma visão global do indivíduo por meio do movimento, sentimento e ação.

A educação física não é ou não deve ser o momento em que os alunos se libertam de "obrigações" educacionais claramente definidas em outras disciplinas para se engajar em atividades físicas sem sentido e fora de contexto.

Porque deve ser o momento de encarar os exercícios físicos como conteúdo definidos e estruturados, de forma que desperte a consciência crítica do aluno, leve-o ao conhecimento, e não seja mais apenas uma réplica dos exercícios físicos, mas parte do que Betti (1994, p. 78) denomina "conhecimento orgânico", que inclui associar organicamente as ações de saber mover, sentir mover e saber sobre o movimento.

A história dos esportes adaptados

Não existem registros sobre a organização de esportes destinados à Política Nacional de Educação Especial (PNEEs) antes do século XX. É possível que alguns dos indivíduos PNEEs, apaixonados por esportes, tenham, por conta própria, começado a se envolver em atividades físicas, buscando utilizá-las como esporte e como parte de seus tratamentos terapêuticos (ADAMS; DANIEL; McCUBBIN, 2001).

Segundo os mesmos autores, após a devastação da Segunda Guerra Mundial, muitos soldados que retornaram apresentavam algum tipo de incapacidade, como amputações ou paraplegia.

Surpreendentemente, os veteranos foram reconhecidos como heróis em suas nações, uma mudança significativa em relação à época anterior à guerra, quando eram frequentemente considerados um fardo para a sociedade, e até mesmo para suas próprias



famílias. A partir do conflito, pessoas com deficiência passaram a ser respeitadas e integradas à sociedade. (ADAMS; DANIEL; McCUBBIN, 2001)

Após a Segunda Guerra Mundial, o esporte consolidou-se como um elemento central na reintegração social e funcional de pessoas com deficiência. Nesse cenário, o trabalho do Dr. Ludwig Guttmann, no Centro de Reabilitação do Hospital de Stoke Mandeville, em 1944, foi decisivo para a introdução do esporte como parte integrante do tratamento médico de indivíduos com lesões medulares. Ao incorporar atividades esportivas ao processo de reabilitação, Guttmann defendia que tais práticas contribuíssem para restaurar a atividade mental, fortalecer a autoconfiança e promover maior autonomia (HOWE, 2008).

Sua abordagem inovadora não apenas transformou a reabilitação física, mas também inaugurou um movimento internacional que culminaria no desenvolvimento do esporte adaptado e, posteriormente, nos Jogos Paralímpicos, ampliando significativamente as possibilidades de inclusão e participação social das pessoas com deficiência (HOWE, 2008).

Em 1948, Ludwig Guttmann organizou os primeiros Jogos de Stoke Mandeville, marco inaugural do esporte adaptado moderno. O evento foi concebido para atletas cadeirantes com paraplegia completa ou incompleta, estabelecendo diferentes classificações de acordo com o grau de comprometimento funcional (BRITAIN, 2016).

Esse sistema, inicialmente simples, evoluiu ao longo das décadas e, atualmente, segue critérios padronizados que permitem aos especialistas determinar com precisão a categoria esportiva mais adequada para cada atleta, garantindo maior equidade competitiva.

Os Jogos de Stoke Mandeville não apenas impulsionaram o desenvolvimento da autoconfiança entre pessoas com deficiência, mas também evidenciaram benefícios significativos na esfera psicológica, social e funcional. O sucesso do evento consolidou o esporte como ferramenta de reabilitação e inclusão, contribuindo diretamente para o surgimento do movimento paralímpico e para a ampliação das oportunidades de participação esportiva em âmbito internacional. (BRITAIN, 2016)

A partir daí, ocorreram alguns fatos importantes que devem ser levados em consideração como nos expõe Adams; Daniel; Mccubbin, (2001):

- 1952 – Primeiros jogos internacionais em Mandeville;
- Final da década de 50 – inícios da participação da América do Sul nos esportes para PNEE, através da fisioterapeuta Srta. Monica Jones;
- 1956 – Reconhecimento do Dr. Guttmann pelo Comitê Olímpico Internacional;



- 1957 – Primeiros jogos internacionais nos Estados Unidos, organizados por Ben Lipton (diretor de uma escola pública para os PNEE nos EUA);
- 1958 – Surge a National Wheelchair Athletic Association, estabelecendo regras e regulamentos para todos os esportes de cadeira de rodas nos Estados Unidos, com exceção do basquetebol por possuir sua própria associação nacional.

Com a expansão do esporte em cadeira de rodas nos Estados Unidos, tornou-se possível a participação de atletas em competições internacionais. Esse avanço refletiu o fortalecimento do movimento esportivo adaptado e o crescente interesse de instituições e equipes. Assim, ampliaram-se as oportunidades de visibilidade e inclusão para pessoas com deficiência. (BRITAIN, 2016)

Nesse cenário, o Sr. Lipton teve papel decisivo ao articular interesses individuais, organizacionais e de equipes para viabilizar recursos financeiros. Seu trabalho envolveu a criação de redes de apoio e estratégias de captação que permitiram estruturar programas esportivos mais amplos. Como resultado, foi fundada a Fundação Americana de Esportes em Cadeira de Rodas. (BRITAIN, 2016)

Entre suas propostas, destacavam-se o incentivo ao uso da cadeira de rodas como instrumento de autonomia e a ampliação da participação em atividades esportivas e recreativas. A fundação também buscava fortalecer relações esportivas internacionais e captar recursos para eventos e programas. Essas ações contribuíram para consolidar o movimento paralímpico e ampliar a inclusão por meio do esporte. (ADAMS; DANIEL; McCUBBIN, 2001)

A fundação possibilitou a entrada dos Estados Unidos em competições internacionais e aproximou o país do movimento olímpico. Esse avanço ampliou a visibilidade do esporte em cadeira de rodas e fortaleceu sua estrutura organizacional. Assim, consolidou-se um cenário favorável à expansão do esporte adaptado. (JACKSON-BROWN, 2020)

Logo após as Olimpíadas de Roma, em 1960, a cidade sediou um evento internacional que reuniu atletas cadeirantes de diversos países. Os participantes foram recebidos pelo Papa e competiram em um torneio que mais tarde seria reconhecido como a primeira edição das Paraolimpíadas. Esse marco histórico consolidou o esporte adaptado no cenário mundial. (JACKSON-BROWN, 2020)

Desde os Jogos de Roma até os de Tóquio, a Vila Olímpica passou por transformações significativas para atender às necessidades das pessoas com deficiência. As adaptações envolveram acessibilidade arquitetônica, logística e suporte técnico



especializado. Essas mudanças contribuíram para ampliar a participação e garantir condições equitativas aos atletas paralímpicos. (JACKSON-BROWN, 2020)

Em 1967, os primeiros Jogos Pan-Americanos para Paraplégicos ocorreram em Winnipeg, no Canadá. Como resultado dos jogos, foi formada uma Associação Canadense de Esporte em Cadeira de Rodas, contribuindo para o desenvolvimento da atividade nos Estados Unidos. (ADAMS; DANIEL; McCUBBIN, 2001)

Além disto, foi estabelecido um conselho pan-americano com o objetivo de organizar competições bienais em países da América do Norte e do Sul, visando promover a participação dos países do continente nos esportes de cadeira de rodas (ADAMS; DANIEL; McCUBBIN, 2001)

A prática esportiva das pessoas com deficiência oferece uma série de benefícios, incluindo os provenientes da atividade física regular, a oportunidade de explorar seus limites e potencialidades, a prevenção de doenças secundárias relacionadas à deficiência e a promoção da integração social.

De acordo com Montandon (1992), a integração por meio do esporte representa a superação de barreiras, proporcionando autonomia, independência e autoconfiança essenciais para a vida em sociedade.

Quando não envolvidos em atividades esportivas, muitas pessoas com deficiência tendem a se isolar, evitando exposição. É comum entre eles a concepção equivocada de que a ginástica e o esporte são prejudiciais ou perigosos, ou, no mínimo, que a prática de exercícios físicos está fora de cogitação para eles.

A escolha da modalidade esportiva para pessoas com deficiência é influenciada por múltiplos fatores, como oportunidades disponíveis, preferências individuais e acesso a espaços adequados. O apoio familiar e a atuação de profissionais capacitados também desempenham papel decisivo nesse processo. Esses elementos, em conjunto, orientam a participação e a continuidade na prática esportiva. (CALLARY; GEARITY, 2019)

Os programas de jogos, esportes e atividades físicas adaptadas às necessidades das pessoas com deficiência tiveram início no período pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionados pelo aumento do interesse de veteranos pelas práticas em comparação ao período anterior aos seus ferimentos. (CALLARY; GEARITY, 2019)

Segundo Adams; Daniel; Mccubbin, (2001), a história do desenvolvimento é marcada pelo crescimento contínuo do interesse por programas adaptados. Destaca-se a importância da terapia associada à alegria e à recreação como componentes fundamentais no tratamento das pessoas com deficiência.



As primeiras adaptações em esportes, jogos e atividades físicas surgiram a partir das necessidades identificadas pelas próprias pessoas com deficiência. A criatividade individual e coletiva impulsionou a busca por alternativas que permitissem a participação ativa em práticas corporais. Esse movimento inicial abriu caminho para o desenvolvimento sistematizado do esporte adaptado. (BURNS, 2015)

Muitas pessoas questionam o significado da participação de indivíduos com deficiência em jogos e esportes adaptados. Para alguns, essas práticas atendem a necessidades básicas de realização pessoal e bem-estar; para outros, representam parte essencial do processo terapêutico e de reabilitação. Em ambos os casos, o esporte adaptado cumpre funções físicas, emocionais e sociais relevantes. (BURNS, 2015)

Segundo Adams; Daniel; Mccubbin, (2001), para alcançar os resultados desejados, é essencial criar uma situação que permita a análise de um jogo simples.

Antes de efetuar a adaptação propriamente dita de jogos e atividades, o coordenador do programa deve examinar quatro fatores relacionados aos participantes em questão. Os fatores abrangem as condições físicas, o meio de locomoção (como marcha independente, cadeira de rodas etc.), a acuidade visual e a capacidade de comunicação, além do nível intelectual. (BURNS, 2015)

Para adaptar um jogo ou atividade para as pessoas com deficiência, é necessário considerar vários critérios, incluindo se a atividade promoverá a integração em grupo, se é apropriado ou não usar "ajudantes" para realizar as atividades das pessoas com deficiência, se é necessário algum tipo de equipamento para auxiliá-los, a adaptação de movimentos específicos na atividade e o estabelecimento de regras adaptadas para facilitar a compreensão do esporte. (BURNS, 2015)

Desenvolvimento do deficiente físico por meio do esporte

A abordagem desenvolvimentista exerce uma influência significativa em diversas linhas de pesquisa na área da Educação Física, especialmente no estudo de fenômenos como o esporte. De acordo com Vieira, Vieira e Krebs (2005), baseando-se em pesquisas de autores como Gallahue *et al.* (2003), Bompa (2002) e Krebs (1992), são identificadas quatro fases sequenciais no desenvolvimento motor aplicado ao contexto esportivo:

- A Primeira Fase de Iniciação, caracterizada pela estimulação motora e desenvolvimento de movimentos fundamentais;
- A Segunda Fase Generalizada, que envolve a aprendizagem motora focada na formação atlética e movimentos específicos;



- A Terceira Fase Especializada, marcada pela seleção de modalidades esportivas e a orientação dos movimentos para a técnica específica de cada esporte;
- A Quarta Fase Personalizada, na qual ocorre a especialização motora com dedicação exclusiva ao alto rendimento esportivo.

Dessa forma, observamos que a formação do atleta é um processo contínuo, exigindo o devido respeito a cada uma das etapas. No que diz respeito à estimulação motora, Vieira, Vieira e Krebs (2005) identificam quatro fases: estimulação, aprendizagem, prática e especialização motora.

A fase de estimulação motora está associada à percepção e exploração dos diversos movimentos esportivos durante a infância. Nessa fase, o ensino adota uma abordagem aberta, proporcionando aos iniciantes a exploração de movimentos e a comparação de novas habilidades com aquelas já adquiridas (VIEIRA; VIEIRA; KREBS, 2005).

Durante a infância, a criança revela uma grande receptividade a novas descobertas relacionadas ao seu corpo e ao ambiente ao seu redor (BAYER, 1994). Nessa fase, é crucial estimular os elementos da aprendizagem perceptivo-motora.

A formação esportiva no período se concentra em criar condições propícias para a aquisição de habilidades motoras, com ênfase na expansão do repertório motor e no desenvolvimento de habilidades coordenativas. As medidas visam estimular as técnicas básicas de coordenação grosseira. (BAYER, 1994)

Durante esta fase, o foco deve estar no processo de ensino, priorizando a aprendizagem dos movimentos básicos funcionais pelas crianças e visando alcançar o padrão maduro dos movimentos fundamentais (VIEIRA; VIEIRA; KREBS, 2005).

Bompa (2002) destaca que, na fase generalizada da iniciação esportiva, é crucial concentrar-se no desenvolvimento multilateral, apresentando às crianças exercícios que contribuam para a compreensão de movimentos fundamentais essenciais na escolha de uma futura prática esportiva.

A perspectiva multilateral abrange movimentos como correr, pular, saltar, arremessar, receber, quicar, rolar e equilibrar. Mesmo em aulas específicas de iniciação ao basquetebol, é fundamental que o professor proporcione aos alunos uma variedade de experiências motoras, considerando a possibilidade de, na adolescência e juventude, os alunos decidirem se aprofundar em outra modalidade. (BOMPA, 2002)

Vieira, Vieira e Krebs (2005) defendem que o processo deve respeitar as peculiaridades da infância. As atividades motoras diversificadas, realizadas por meio de



jogos e brincadeiras, parecem favorecer a alfabetização motora, ampliando o repertório motor e estimulando vivências e experiências corporais, preparando assim para a próxima fase do processo de formação desportiva, a aprendizagem motora.

A Fase de aprendizagem motora é marcada pela transição das habilidades motoras básicas para outras mais complexas, no contexto esportivo, com maior intervenção do professor na construção do plano motor, baseando-se em modelos de técnica socialmente estabelecidos, conforme destacado por Vieira, Vieira e Krebs (2005).

Os autores complementam ressaltando que o aprimoramento do treinamento durante a fase de formação atlética deve ser gradual, aumentando a intensidade, oferecendo encorajamento e permitindo diferenças individuais na aprendizagem de maneira apropriada.

Na fase de aprendizagem esportiva, são incluídas atividades voltadas para o desenvolvimento motor de modalidades específicas, favorecendo a melhoria da base multilateral e capacitando o atleta a alcançar o desempenho necessário na modalidade escolhida para a participação em competições. (VIEIRA; VIEIRA; KREBS, 2005)

No contexto, tanto o volume quanto a intensidade devem aumentar gradualmente, sendo as competições consideradas como um meio para a formação humana e atlética do atleta, não apenas um objetivo final.

Na terceira fase, denominada prática motora, que ocorre entre os 16 e 18 anos de idade, observa-se a associação com a especialização esportiva. A etapa é marcada pelo aprimoramento das capacidades motoras na modalidade esportiva escolhida, consolidando-se ao longo da prática motora e da aprendizagem motora (VIEIRA; VIEIRA; KREBS, 2005).

Enquanto nas fases anteriores a aprendizagem motora era caracterizada por sua natureza plural, nesta terceira fase, ela é considerada parcialmente fechada. Isso não se deve à variedade das habilidades, mas sim à especificidade delas em relação à modalidade esportiva praticada, uma vez que se espera que os planos motores que definem os movimentos e as condições da tarefa já estejam estabelecidos. (BAYER, 1994)

Dessa forma, o período representa uma fase de aprimoramento das habilidades motoras, sendo desejável que a coordenação motora geral esteja completamente estabelecida. Isso tende a gerar entusiasmo e motivação, sendo oportuno que o técnico proporcione oportunidades para a exploração das habilidades do jogo, combinando estratégias e experimentação tática. (BOMPA, 2002)

A última fase, denominada especialização motora, refere-se ao momento em que o atleta busca aperfeiçoar e personalizar os movimentos, visando alcançar o máximo



desempenho motor e obter bons resultados em competições (BOMPA, 2002; VIEIRA; VIEIRA; KREBS, 2005).

De acordo com Krebs (1992), a intensidade do treinamento para as habilidades motoras torna-se mais específica, e as capacidades do atleta devem ser aumentadas progressivamente. O treinamento deve consistir em atividades que se adaptem à especificidade do esporte e proporcionem ao atleta condições para resolver de maneira criativa os desafios do jogo (SILVA; GALATTI; PAES, 2010).

Portanto, esta é a fase final, na qual todas as etapas de desenvolvimento motor, integradas ao desenvolvimento integral do atleta, se manifestam em sua plenitude, concluindo o processo de especialização motora (WEINECK; PRADO, 2005).

Considerando as etapas do desenvolvimento motor e suas aplicações no esporte, Ladewing (2000) identifica os estágios de aprendizagem, cuja compreensão auxilia o técnico esportivo na introdução de novas tarefas e problemas motores, sendo eles: cognitivo, associativo e autônomo.

O estágio cognitivo, fase inicial do processo de aprendizagem motora, caracteriza-se pela elevada ocorrência de erros durante a execução da habilidade. Nessa etapa, o aprendiz ainda busca compreender a tarefa, o que torna sua performance instável e pouco eficiente. A variabilidade dos movimentos é esperada e faz parte da construção do conhecimento motor. (MARINHO; MACHADO; SILVA, 2023)

Embora o aluno seja capaz de associar seu erro, ainda não consegue resolvê-lo, aumentando o nível de esforço cognitivo exigido e focalizando a atenção do iniciante no movimento, em detrimento da observação do contexto de jogo (LADEWIG, 2000).

No Estágio Associativo, após um período de prática, o aprendiz consegue executar os movimentos propostos com facilidade, demonstrando domínio sobre alguns mecanismos fundamentais. (MARINHO; MACHADO; SILVA, 2023)

A quantidade de erros diminui, e a capacidade de identificá-los aumenta devido à concentração no aprimoramento dos movimentos. Nesse estágio, a carga nos mecanismos de atenção é moderada, facilitando o desempenho, uma vez que o indivíduo consegue direcionar a atenção para outros aspectos da performance (LADEWIG, 2000).

No Estágio Autônomo, o praticante consegue executar a atividade de forma automática, ou seja, sem a necessidade de pensar conscientemente ou dedicar atenção ao movimento. Nessa fase, o indivíduo realiza os movimentos concentrando-se nos pontos críticos, dificultando as tarefas e desafios propostos. (MARINHO; MACHADO; SILVA, 2023)



Ele é capaz de identificar seus próprios erros e corrigi-los, apresentando pouca variação na performance e uma carga reduzida nos mecanismos de atenção. Isso facilita o direcionamento da atenção para outros elementos, como a observação estratégico-tática do jogo.

O desenvolvimento global almejado pelo esporte abrange a adaptação e o equilíbrio necessários diante das deficiências individuais, a identificação das necessidades e capacidades específicas de cada praticante em relação às opções de ações e adaptações para o movimento, a promoção do desenvolvimento da independência e autonomia, além de incentivar a inclusão e favorecer a integração social. (MARINHO; MACHADO; SILVA, 2023).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura narrativa, abordagem amplamente utilizada nas ciências humanas e sociais para sintetizar conhecimentos existentes sobre um fenômeno, sem a rigidez metodológica das revisões sistemáticas. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa permite ao pesquisador construir uma análise interpretativa e crítica a partir de referenciais teóricos diversos, sendo especialmente adequada para temas complexos e multifacetados, como a inclusão escolar. Da mesma forma, Cordeiro et al. (2007) destacam que esse tipo de revisão possibilita compreender a evolução conceitual de um campo, identificar lacunas e apontar tendências teóricas.

A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender, de forma ampla e contextualizada, os desafios, possibilidades e práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física. Conforme apontam Vosgerau e Romanowski (2014), revisões narrativas são apropriadas quando o objetivo é integrar perspectivas teóricas, analisar discursos acadêmicos e interpretar contribuições de diferentes autores.

O processo de construção da revisão seguiu as seguintes etapas:

1. Delimitação do tema e formulação dos objetivos, orientados pela problemática da inclusão na Educação Física escolar.
2. Levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas que abordam inclusão escolar, Educação Física, aprendizagem motora e esporte adaptado.



3. Seleção criteriosa das fontes, priorizando obras clássicas e contemporâneas, bem como documentos normativos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1994; 1997; 1996).

4. Leitura exploratória e analítica, com identificação de conceitos-chave, convergências e divergências teóricas.

5. Síntese interpretativa, articulando os achados com os objetivos do estudo e com o contexto da prática pedagógica inclusiva.

Foram consultados autores amplamente reconhecidos no campo da Educação Física e da inclusão, como Mantoan (2015), Glat (1998), Zerbato e Mendes (2021), Boscatto e Darido (2020), Júnior e Neira (2023), além de estudos sobre desenvolvimento motor e esporte adaptado (Gallahue *et al.*, 2005; Bompa, 2002; Vieira, Vieira e Krebs, 2005).

A revisão narrativa, conforme defendem Rother (2007) e Vosgerau e Romanowski (2014), não busca exaustividade, mas profundidade interpretativa. Assim, a análise priorizou a compreensão dos fundamentos teóricos, dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação e das possibilidades de construção de práticas inclusivas na Educação Física escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada permitiu identificar três eixos centrais que estruturam o debate contemporâneo sobre a Educação Física inclusiva: (1) desafios persistentes no contexto escolar; (2) possibilidades pedagógicas e estratégias de adaptação; e (3) contribuições do esporte adaptado para o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência. Esses eixos emergiram da leitura crítica das obras, conforme orienta a abordagem de revisão narrativa (ROTHER, 2007; VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), permitindo uma interpretação integrada dos achados.

Desafios para a inclusão na Educação Física

Os resultados apontam que a inclusão na Educação Física ainda enfrenta barreiras significativas, sobretudo de natureza atitudinal, pedagógica e estrutural. Estudos recentes (SILVA; BARRETO; FERREIRA, 2023; ZERBATO; MENDES, 2021) evidenciam que a falta de formação docente específica permanece como um dos principais entraves para práticas inclusivas efetivas. Professores relatam insegurança ao adaptar atividades, dificuldade em compreender as necessidades específicas dos estudantes e ausência de apoio institucional.



Além disso, a literatura destaca que a organização curricular ainda privilegia modelos tradicionais de ensino, centrados no rendimento físico e na competição, o que limita a participação de estudantes com deficiência (FERREIRA DE SANTANA; FERREIRA, 2026). Barreiras arquitetônicas e falta de materiais adaptados também são recorrentes, reforçando desigualdades no acesso às práticas corporais.

Esses achados convergem com pesquisas internacionais recentes, que apontam que a inclusão efetiva depende de mudanças estruturais e culturais nas escolas, e não apenas de adaptações pontuais (TRIPOLI *et al.*, 2022).

Possibilidades pedagógicas e estratégias inclusivas

Apesar dos desafios, a literatura analisada apresenta um conjunto robusto de possibilidades pedagógicas que podem favorecer a inclusão. Entre as estratégias mais citadas estão:

- Adaptação das atividades motoras, considerando as potencialidades individuais (GALLAHUE *et al.*, 2005).
- Metodologias ativas e cooperativas, que promovem participação e protagonismo (JÚNIOR; NEIRA, 2023).
- Planejamento flexível, com objetivos diversificados e acessíveis a todos os estudantes.
- Uso de recursos alternativos e tecnologias assistivas, que ampliam a autonomia dos alunos (SANTOS; LIMA; OLIVEIRA, 2021).

Os resultados indicam que práticas inclusivas não dependem exclusivamente de recursos materiais, mas sobretudo de posturas pedagógicas sensíveis à diversidade, capazes de transformar a aula de Educação Física em um espaço de pertencimento. Essa perspectiva é reforçada por estudos recentes que demonstram que a formação continuada e o trabalho colaborativo entre professores são fatores decisivos para a consolidação de práticas inclusivas (COSTA; RIBEIRO, 2022).

Contribuições do esporte adaptado

A literatura evidencia que o esporte adaptado desempenha papel central na promoção da inclusão, oferecendo oportunidades de desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional. Pesquisas recentes (MARTINS; SOUZA; ALMEIDA, 2021) mostram que a



participação em modalidades adaptadas contribui para o aumento da autoestima, da autonomia e da interação social entre estudantes com deficiência.

Além disso, o esporte adaptado atua como ferramenta de sensibilização da comunidade escolar, promovendo mudanças de atitudes e desconstruindo estigmas associados à deficiência. Vieira, Vieira e Krebs (2005) e Bompa (2002) já destacavam esse potencial, e estudos mais atuais confirmam que a inserção sistemática de práticas adaptadas no currículo amplia a percepção de capacidade e pertencimento dos estudantes (FERNANDES; LOPES, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão na Educação Física escolar representa um campo de desafios e possibilidades que exige reflexão contínua e compromisso pedagógico. Ao longo do estudo, observou-se que a participação de estudantes com deficiência depende não apenas de adaptações estruturais, mas, sobretudo, de mudanças atitudinais e metodológicas que valorizem a diversidade humana. A escola inclusiva não se limita a garantir acesso físico ao ambiente escolar; ela pressupõe práticas que assegurem participação efetiva, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral.

Os conteúdos analisados evidenciam que a Educação Física possui um potencial singular para promover inclusão, uma vez que suas práticas corporais favorecem a socialização, a expressão, o desenvolvimento motor e a construção de vínculos. No entanto, para que esse potencial se concretize, é indispensável que o professor compreenda as especificidades dos estudantes, adapte atividades, reorganize espaços e utilize estratégias que respeitem as diferenças individuais. A formação docente, portanto, emerge como elemento central para a consolidação de práticas inclusivas.

Além disso, o esporte adaptado e as atividades físicas modificadas demonstram ser ferramentas eficazes para ampliar a participação e fortalecer a autonomia de estudantes com deficiência. A história do esporte adaptado, desde Guttmann até os Jogos Paralímpicos contemporâneos, revela que a prática esportiva pode transformar vidas, promover autoestima e romper barreiras sociais. No contexto escolar, essas práticas contribuem para a construção de ambientes mais acolhedores, equitativos e democráticos.

Além disso, a aprendizagem motora, quando compreendida em seus diferentes estágios, oferece subsídios importantes para o planejamento pedagógico. Reconhecer que estudantes com deficiência podem apresentar ritmos e necessidades distintas permite ao



professor estruturar intervenções mais adequadas, reduzindo sobrecargas cognitivas e favorecendo o progresso individual.

Conclui-se, portanto, que a inclusão na Educação Física não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo que exige sensibilidade, conhecimento e compromisso ético. A construção de práticas inclusivas depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, adaptações pedagógicas e valorização da diversidade. Quando esses elementos se integram, a Educação Física torna-se um espaço privilegiado de participação, aprendizagem e cidadania para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R. C.; DANIEL, A. N.; McCUBBIN, J. A. Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico. Barueri: Manole, 2001.

ALMEIDA, K. M. et al. O espaço físico como barreira à inclusão escolar. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 23, n. 1, p. 75-84, 2015.

BAYER, C. O ensino dos desportos coletivos. Paris: Editions Vigot, 1994.

BETTI, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1994.

BOMPA, T. O. Periodização: teoria e metodologia do treinamento. São Paulo: Phorte, 2002.

BOSCATTO, J. D.; DARIDO, S. C. A Educação Física nos institutos federais: “o quê” e o “para quê” ensinar. Motrivivência, v. 32, n. 63, p. 1-17, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Tendências e desafios da educação especial. Brasília, 1994.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITTAI, I. The Paralympic Games Explained. Routledge, 2016.

BURNS, J. Sport Coaching and Intellectual Disability. Adapted Physical Activity Quarterly, v. 32, n. 2, p. 177-178, 2015.

CALLARY, B.; GEARITY, B. Coach Education and Development in Sport. Routledge, 2019.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

COSTA, M. R.; RIBEIRO, P. A. Formação docente e práticas inclusivas na Educação Física. Revista Educação em Foco, v. 27, n. 2, p. 112-130, 2022.



DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (org.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DELUNARDO, C. S. et al. Educação Física escolar, atividade física e qualidade de vida: a visão de alunos universitários. Cadernos UniFOA, v. 12, n. 35, p. 111-122, 2017.

FERNANDES, L. P.; LOPES, R. M. Esporte adaptado e inclusão escolar: percepções de estudantes e professores. Revista Movimento, v. 28, p. 1-18, 2022.

FERREIRA DE SANTANA, V. J.; FERREIRA, M. H. S. Educação Física escolar e inclusão: desafios e possibilidades no processo de ensino. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 8, n. 5, p. 361-370, 2026.

FREIRE, J. B. Pedagogia do esporte. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (org.). Fenômeno esportivo no início de um novo milênio. Piracicaba: UNIMEP, 2000.

FREITAS, A. P.; DAINEZ, D.; CARVALHO, C. A. S. Práticas pedagógicas inclusivas e processos de apropriação da linguagem escrita. Revista Teias, v. 22, n. 66, p. 152-165, 2021.

GALLAHUE, D. L. et al. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Educação inclusiva: práticas pedagógicas e formação docente. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

HOWE, P. D. The Cultural Politics of the Paralympic Movement. Routledge, 2008.

JACKSON-BROWN, C. Disability, the Media and the Paralympic Games. Routledge, 2020.

JÚNIOR, F. N. D. S.; NEIRA, M. G. A intrincada relação entre conhecimento e Educação Física escolar: uma apreciação de pesquisas acadêmicas. Perspectiva, v. 41, n. 3, 2023.

KREBS, R. J. Da estimulação à especialização: primeiro esboço de uma teoria da especialização motora. Kinesis, 1992.

LADEWIG, I. A importância da atenção na aprendizagem de habilidades motoras. Revista Paulista de Educação Física, supl. 3, p. 62-71, 2000.

LIMA, P. A. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2002.

MACHADO, R. Acessibilidade arquitetônica. In: SCHIRMER, C. R. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.



MARINHO, D. M.; MACHADO, R. M.; SILVA, D. Relatório estágio clínico específico supervisionado em psicologia clínica sob o viés da terapia cognitivo comportamental. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 1, p. 1199-1213, 2023.

MARTINS, F. R.; SOUZA, J. P.; ALMEIDA, V. R. Esporte adaptado e desenvolvimento socioemocional de estudantes com deficiência. Revista da Educação Física/UEM, v. 32, p. 1-12, 2021.

MONTANDON, I. Educação Física e Esportes nas Escolas de 1º e 2º graus. Belo Horizonte: Villa Rica, 1992.

PATRINHANI, G. F. Educação inclusiva e mídias: práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física escolar. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v. 18, n. 1, 2017.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa: quando e por quê? Revista Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. 1-3, 2007.

SANTOS, L. A.; LIMA, C. F.; OLIVEIRA, M. R. Tecnologias assistivas na Educação Física escolar. Revista Educação Especial, v. 34, p. 1-20, 2021.

SANTOS, N. S.; SOUZA MENDES, J.; LADISLAU, C. R. Educação física escolar: dificuldades e estratégias. In: Congresso Sudeste de Ciências do Esporte, 2014.

SILVA, C. S.; BARRETO, A. C. F.; FERREIRA, L. G. A Educação Inclusiva no ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e desafios no município de Eunápolis-BA. Revista de Estudos em Educação e Diversidade, v. 4, n. 11, p. 1-24, 2023.

SILVA, E. D.; LACERDA, G. S.; MOURA, D. L. O ensino do jogo na educação física escolar: uma revisão sistemática. Temática, v. 17, n. 8, p. 214-228, 2021.

SILVA, F. N. R.; VOLPINI, M. N. Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 1, n. 1, p. 18-29, 2014.

SILVA, I. S. O espaço escolar na política educacional: análise da política de infraestrutura escolar em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, R. M. P.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte e iniciação esportiva tardia: perspectivas a partir da modalidade basquetebol. Pensar a Prática, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2010.

SOUZA, E. T. Tecnologias assistivas na educação superior: revisão sobre formação docente e práticas inclusivas. Revista Foco, v. 17, n. 9, p. e6063, 2024.

TRIPOLI, T. et al. Inclusive physical education: global challenges and perspectives. International Journal of Inclusive Education, v. 26, n. 12, p. 1234-1250, 2022.



VIEIRA, L. F.; VIEIRA, J. L. L.; KREBS, R. J. O ensino dos esportes: uma abordagem desenvolvimentista. In: PAES, R. R.; FERREIRA, B. H. (org.). Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

WEINECK, J.; PRADO, L. Biologia do esporte. São Paulo: Manole, 2005.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021.